



DISPENSA ELETRÔNICA

MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA 018/2025
LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133/2021 – Art. 75, Inciso II e REGULAMENTOS MUNICIPAIS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9881/2025
PARTICIPAÇÃO: <u>AMPLA CONCORRÊNCIA</u>
DATA DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 18/08/2025
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 10h00min às 16h00min
LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – https://licitanet.com.br/

O **MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, com sede na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de **Dispensa Eletrônica** e seus anexos, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decretos Municipais nº 009 e nº 010 de 18 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a assinatura e/ou renovação da licença de softwares e aplicativos voltados para edição e pós-produção de imagens estáticas e em movimento (fotos e vídeos), para produção de peças publicitárias, de cunho jornalístico, publicitário e informativo, como: Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo, para uso interno da Superintendência de Comunicação Social, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. Secretaria Requisitante: **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM**

1.3. A licitação será dividida em **ITENS** seguindo a tabela constante do termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. A contratação ocorrerá conforme descrição constante no Termo de Referência anexo a este edital.

1.4.1. O valor máximo da presente contratação é de **R\$ 22.418,40 (vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos)**.

1.4.2. As despesas decorrentes da aquisição da prestação do serviço ocorrerão à conta de recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 2

específicos consignados no orçamento municipal do exercício de 2025:

PT: 02.01.041310047.2.186

ND: 3390.40.00.00

1.5. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Licitanet, disponível no endereço eletrônico – <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Sistema de Compras Licitanet, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. A participação é **exclusiva** ao microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.1.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.1.5. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 3

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.3. DA RETIRADA DO EDITAL:

2.3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Aviso por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>, bem como na sala do Setor de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

2.3.2. As retiradas do Aviso também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet, através do link – <https://licitanet.com.br/>.

2.4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item:

2.4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta observando as seguintes disposições para elaboração do seu valor e posterior julgamento.

2.4.3. A proposta deverá observar a disposição dos subitens anteriores e conter a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, sendo cadastrada até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

a. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



2.4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

a. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

2.4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.4.10. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.4.11. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

2.4.12. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

2.4.13. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.4.14. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.4.15. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 5

- a. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- b. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;
- c. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- d. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3. FASE DE LANCES

3.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.2.1. O lance deverá ser ofertado em conformidade com o que dispõe o item 3.2.

3.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **R\$ 0,01 (um centavo)**.

3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar



quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento de dispensa eletrônica.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.3.1. Para o envio da proposta o fornecedor deverá utilizar-se do modelo constante no anexo III deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. A proposta enviada pelo fornecedor deverá contemplar em seu valor toda a descrição dos serviços a serem executados, respeitando o limite de valor estimado do Termo Referência;

4.3.3. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.3.4. Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execução da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.13. A dispensa eletrônica é composta de um único item e o critério de julgamento das propostas será o de menor preço, observando as disposições contidas no item 3.2 e seus subitens.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.1.2. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 8

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar o Contrato, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União. (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>)
- d)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- e)** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 9

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente será de 30 (trinta dias) contados a partir da adjudicação do objeto ao vencedor e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência anexo a este Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 10

7.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses;

7.1.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

7.1.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

7.2. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução da aquisição, bem como não causem prejuízos à Administração.

7.3. As sanções de impedimentos de licitar e contratar com Administração Pública ocorrerá nos termos deste artigo, e nos demais que couber.

7.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

7.4.1. dar causa à inexecução parcial, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.4.2. dar causa à inexecução;

7.4.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.4.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.4.5. não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.4.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.5. A sanção prevista no item 7.4 deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Buritis-RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.6. A sanção de que trata o item 7.4 deste artigo quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Araruama-RJ.

7.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

7.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

7.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento;

7.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 14.8. O disposto nos artigos acima não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.



7.8. A multa a ser calculada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou celebrado.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Portal da Transparência do município, Sistema de Compras do Licitanet, através do endereço: <https://licitanet.com.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente edital com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 12

alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.12. Havendo qualquer discordância ou divergência na especificação entre o código do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá do Termo de Referência.

8.13. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

8.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;

8.13.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Fornecimento;

8.13.4. ANEXO IV – Valor Estimado.

Araruama/RJ, 12 de agosto de 2025.

CRISTIANE MEIRELIES LOPES

CHEFE DE GABINETE



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1 Cédula de Identidade do responsável Legal.

1.2 Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

1.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

1.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

1.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

1.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

1.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.3 Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

1.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



2.5.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

2.6 Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal, da sede do proponente;

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Araruama-RJ, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1 Licenciamento e Condições de Uso

4.1.1 O software ofertado deverá possuir licenciamento específico para uso governamental, emitido pelo fabricante ou representante legal autorizado, atendendo às seguintes condições mínimas:

1.1. O licenciamento deverá ser compatível com as normas e políticas aplicáveis à Administração Pública, incluindo, no que couber, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), as diretrizes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e demais regulamentações sobre segurança da informação;

4.1.2 O contrato de licença deverá contemplar atualizações de segurança, manutenção corretiva e evolutiva durante todo o período de vigência contratual;

4.1.3 Deverá prever suporte técnico especializado para órgãos públicos, em língua portuguesa, com canal de atendimento prioritário e prazos máximos de resposta definidos;

4.1.4 O licenciamento deverá permitir uso institucional ilimitado para os usuários designados pelo órgão contratante, vedada a limitação por tipo de usuário final (interno ou externo) quando vinculado às atividades administrativas;

4.1.5 O fornecedor deverá apresentar, no momento da habilitação, declaração emitida pelo fabricante confirmando que a licença ofertada destina-se ao uso governamental e que está autorizada para utilização pela Administração Pública.

4.2 A exigência da modalidade de licenciamento governamental fundamenta-se na necessidade de assegurar:



- 4.2.1 Conformidade do uso do software com as exigências legais e normativas aplicáveis ao setor público;
- 4.2.2 Garantia de atendimento por suporte técnico especializado em ambiente institucional;
- 4.2.3 Atendimento contínuo às atualizações e medidas de segurança necessárias para proteção de dados e informações sensíveis;
- 4.2.4 Compatibilidade com sistemas e plataformas governamentais correlatos, quando aplicável.

5 Licença CorelDRAW Graphics Suite 2024 para Windows

- 5.1 Licenciamento oficial na modalidade governamental, emitido pelo fabricante ou representante autorizado;
- 5.2 Versão mais recente, com atualizações inclusas durante todo o período de vigência contratual;
- 5.3 Compatibilidade total com sistemas operacionais Windows atualmente em uso pela Administração;
- 5.4 Suporte técnico oficial em língua portuguesa;
- 5.5 Garantia de funcionamento e reinstalação durante a vigência da licença;
- 5.6 Proibição expressa de sublicenciamento ou uso de licenças não originais.

6 Licença Adobe Creative Cloud

- 6.1 Licenciamento oficial na modalidade governamental, emitido pelo fabricante ou representante autorizado;
- 6.2 Versão atual do pacote, incluindo todos os aplicativos disponibilizados na licença "Creative Cloud – All Apps";
- 6.3 Atualizações e upgrades incluídos durante a vigência;
- 6.4 Suporte técnico oficial, em português, por canal remoto (telefone, e-mail ou chat);
- 6.5 Licenciamento válido para uso institucional ilimitado pelos usuários designados pela Administração;
- 6.6 Compatibilidade com sistemas operacionais e hardware utilizados pelo órgão.

7 Armazenamento Google Drive – 5 TB

- 7.1 Licenciamento oficial na modalidade governamental, emitido pelo fabricante ou representante autorizado;
- 7.2 Capacidade mínima de 5 TB por conta, com possibilidade de expansão, sem custo adicional, durante a vigência contratual, caso necessário;
- 7.3 Criptografia de dados em repouso e em trânsito;
- 7.4 Painel de administração para gerenciamento centralizado de contas e permissões;
- 7.5 Logs de auditoria para controle de acessos e alterações;
- 7.6 Conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e normas de segurança da informação aplicáveis ao setor público;
- 7.7 Garantia de alta disponibilidade mínima de 99,9%.



8 REQUISITOS GERAIS

8.1 Licença Governamental

8.1.1 Todos os itens deverão ser fornecidos com licenças **oficiais na modalidade governamental**, com comprovação de origem e legitimidade, garantindo que o uso pelo órgão público está integralmente coberto pelas condições de licenciamento do fabricante.

8.2 Compatibilidade e Segurança

8.2.1 Os produtos deverão ser compatíveis com o ambiente tecnológico da Administração e atender a requisitos de segurança da informação, com garantia de atualizações corretivas e de segurança durante todo o período da contratação.

8.3 Idioma

8.3.1 Todos os softwares e documentações associadas deverão estar disponíveis em língua portuguesa ou acompanhados de tradução oficial.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1 Para comprovação do atendimento aos requisitos, a licitante deverá apresentar:

9.1.1 Declaração do fabricante ou representante legal, confirmando que:

9.1.1.1 O licenciamento é oficial, na modalidade governamental;

9.1.1.2 A licitação e uso destinam-se a órgão da Administração Pública;

9.1.1.3 As condições de uso, suporte e atualizações estão incluídas durante todo o período contratual.

9.1.2 Certificação de parceiro ou revenda autorizada emitida pelo fabricante (ex.: Adobe Certified Reseller, Google Partner, Corel Authorized Partner).

9.1.3 Comprovação técnica (catálogo, ficha técnica ou documento oficial do fabricante) que ateste o cumprimento de todos os requisitos funcionais e de segurança listados neste edital.

9.1.4 Declaração de responsabilidade assumindo integral responsabilidade por eventuais violações de direitos autorais, uso de software irregular ou inautêntico, com previsão de substituição imediata sem ônus para a Administração em caso de indisponibilidade ou descontinuidade.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Assinatura e/ou renovação da licença de softwares e aplicativos voltados para edição e pós-produção de imagens estáticas e em movimento (fotos e vídeos), para produção de peças publicitárias, de cunho jornalístico, publicitário e informativo, como: Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo, para uso interno da Superintendência de Comunicação Social, conforme as especificações, coberturas, condições, obrigações e demais exigências descritas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o Departamento de Publicidade produz todas as demandas gráficas da Prefeitura de Araruama e não possui o software licenciado legalmente, houve a urgente necessidade de esta Superintendência adquirir os programas Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo e arquivos de Atos Oficiais.

O CorelDRAW é um software líder de mercado em design gráfico vetorial, essencial para a criação de logotipos, cartazes, banners, flyers, artes para redes sociais, infográficos e outros materiais de comunicação visual com acabamento profissional. A qualidade estética dos materiais impacta diretamente na percepção da imagem da Prefeitura perante a população.

O software oferece um conjunto abrangente de ferramentas para ilustração vetorial, layout de página, edição de fotos e tipografia. Essa versatilidade permite que a equipe do Setor de Comunicação desenvolva uma ampla gama de materiais, desde peças simples até projetos gráficos mais complexos, dentro de um único ambiente de software.

A utilização de um software dedicado e eficiente como o CorelDRAW agiliza o processo de criação e edição de materiais visuais. Ferramentas intuitivas, recursos de automação e a possibilidade de trabalhar com múltiplos elementos de forma precisa contribuem para um fluxo de trabalho mais eficiente e um aumento significativo na produtividade da equipe.

Com o CorelDRAW, o Setor de Comunicação ganha maior autonomia na criação de suas peças, reduzindo a dependência de serviços externos de design. Isso proporciona maior flexibilidade para realizar alterações rápidas, adaptar materiais a diferentes plataformas e responder de forma ágil às demandas de comunicação da Prefeitura.

Vale destacar que, a opção pelos programas Adobe Creative Cloud, justifica-se também por serem as ferramentas de Design Gráfico utilizadas como referência no mercado de publicidade e design na maior parte do mundo. Deste modo, a adoção de outro programa causará perda de arquivos e dados de materiais já produzidos por esta Assessoria de Comunicação Social, além de impossibilitar qualquer intercâmbio de documentos entre agentes externos.

Considerando o Princípio da Publicidade para a funcionalidade do Departamento de Assessoria de Comunicação sendo a produção e criação de conteúdos, peças publicitárias e layouts, tanto para impressão quanto para a web, além da criação de identidades visuais, fundamental para o interesse público.

Além disso, sem a publicidade e transparência de seus atos, o poder público descamba em descontrole e



arbitrariedade. A divulgação direta de todos os atos e ações institucionais, campanhas sócio-educativas e outras promovidas pela Prefeitura de Araruama e todas as suas secretarias, é idealizada e produzida na Comunicação Social, através do Departamento de Publicidade, portanto, se faz necessário a aquisição de softwares de design gráfico, a fim de facilitar a produção do setor.

Já a Solicitação de dois pacotes de 5TB de armazenamento no Google Drive visa fornecer à Superintendência de Comunicação da Prefeitura de Araruama uma infraestrutura de armazenamento digital, capaz de suportar o volume atual e futuro de arquivos, otimizar a colaboração entre as equipes e garantir a segurança e a integridade dos dados essenciais para a comunicação municipal.

A aquisição de dois pacotes de 5TB reduz significativamente o risco de atingir o limite de armazenamento em um curto período, o que poderia impactar a capacidade da equipe de criar, editar e armazenar novos conteúdos, além de gerar custos adicionais para expansão futura. Tendo em vista que uma conta de armazenamento do Google será administrada pelo Departamento de Imprensa e a outra pelo Departamento de Administração, vez que armazena todos os arquivos dos Atos Oficiais da Prefeitura.

Diante do exposto, JUSTIFICA-SE a necessidade desta aquisição visando atender as demandas de informação auxiliando a Superintendência de Comunicação Social no exercício de suas atividades. A solicitação se faz necessária, para divulgação de ações e eventos da Prefeitura, assim como campanhas desenvolvidas pela Comunicação, comunicação visual e audiovisual, para publicidade nos canais de comunicação e redes sociais.

3. DO DETALHAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informações orçamentárias: Órgão: 04131 Superintendência de Comunicação Social – Unidade Orçamentária: 02.01 Recursos Próprios: 100 Gestão do Poder Executivo Ação Orçamentária: 4240 Natureza da despesa: 3.3.90.39.00.00.00 1500 Recurso Próprio do Gabinete

3.1 As despesas decorrentes do presente processo nº 9881/2025, estão previstas no PPA, dentro de Publicidade Institucional – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

3.2 A Superintendência de Comunicação Social pertence ao Gabinete da Prefeitura sendo assim, as despesas de manutenção são liquidadas com Recursos Próprios (Fonte 1500), estritamente em observância aos Princípios que regem a Administração Pública, inclusive ao Princípio da Economicidade.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS

Após pesquisa de preço do Departamento de Compras, conforme folhas 25, estima-se que o valor total da Contratação seja em torno de R\$ 22.418,40, para a compra de 3 (três) Licenças CorelDraw; 3 (três) Licenças para Pacote Adobe Creative Cloud, e 2 (duas) assinaturas para o Google Drive Armazenamento de 5TB.

Conforme detalhada no quadro abaixo:

ITEM	MATERIAL	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LICENÇA CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2024 PARA WINDOWS	03 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 1.628,08	R\$ 4.884,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 19

02	LICENÇA PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 4.912,28	R\$ 14.736,84
03	ARMAZENAMENTO GOOGLE DRIVE 5TB	02 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 1.398,66	R\$ 2.797,32

**** Pesquisa de Preço realizada pelo Departamento de Compras*

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Será adotada a modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob o sistema de DISPENSA ELETRÔNICA, com base no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, atualizado pelo Decreto 11.871, de 29 de dezembro de 2023, visto que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ R\$ 22.418,40 (vinte e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos);

5.2 A seleção do prestador de serviço será realizada por meio do critério de MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do artigo art. 33, inciso I, da mesma lei. Para a habilitação do fornecedor de serviço serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei 14.133/2021.

5.3 A Contratada deverá apresentar toda a documentação que comprove a capacidade técnica do fornecedor para executar a contratação, além de demonstração da capacidade econômica e financeira para cumprir as obrigações contratuais.

5.4 Documentação comprobatória da capacidade jurídica do fornecedor (contrato social, estatuto, etc.)

5.5 A contratação deve garantir licenças válidas, plenamente utilizáveis e com direito de atualização durante o período de vigência do contrato.

5.6 O contrato deve prever garantia, suporte técnico padrão do fabricante e direito de atualização das licenças.

5.7 Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro. Este processo é exclusivo para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), pois o valor fica abaixo de R\$ 80.000,00, por força da LC 123/2006.

5.8 As licenças de software fornecidas deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante e eventuais atualizações e/ou correções na versão da licença deverão ser realizadas durante todo o prazo de vigência do contrato.

6. DO ORÇAMENTO

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações: Razão Social, e CNPJ; Quantitativo; Valor unitário, total do item e total geral da proposta; Descrição detalhada do objeto, item por item, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 20

fornecimento dos bens/serviços;

6.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. LOCAL E PRAZOS

7.1 Tudo relacionado à entrega de documentos, apresentação de orçamentos e outros assuntos relacionados ao objeto deste Termo de Referência deverão ser realizados em dias úteis, das 09h às 18h, no Departamento de Licitação;

7.2 Após o recebimento da Nota de Empenho/requisição o fornecedor terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, para proceder à entrega dos objetos na sede da Superintendência de Comunicação Social. Neste caso em específico a entrega do objeto será realizada via e-mail / whatsapp, disponibilizando login, senha ou chaves de acesso.

7.3 A verificação da conformidade das licenças será realizada no ato da entrega, por servidor previamente designado, ocasião em que serão verificados todos os itens técnicos indicados os eventuais reparos ou complementações, se consideradas necessárias;

7.4 Caso algum objeto apresente alguma desconformidade às exigências técnicas, deverão ser reparados em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação; 6.5 Serão considerados para efeito de pagamento o objeto entregue pelo fornecedor e aprovado pelo servidor responsável pelo recebimento, estando à empresa em dia com as Certidões Negativas de Débito;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Encaminhar a Nota de Empenho a licitante vencedora assim que finalizada a fase de formalização da contratação/Aquisição;

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante;

8.3 proporcionar todas as facilidades para que a licitante possa desempenhar os compromissos assumidos;

8.4 Comunicar oficialmente a licitante toda e qualquer ocorrência em desacordo com o cumprimento das obrigações assumidas;

8.5 Notificar a licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas, eventuais atrasos e irregularidades



constatadas na execução do objeto desse Termo de Referência para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.6 Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados no Termo de Referência e da proposta apresentada, avaliando, também, a qualidade do objeto deste Termo, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte;

8.7 Efetuar o pagamento a empresa licitante vencedora do certame após apresentação da nota fiscal e atesto pelo servidor designado pela Superintendência de Comunicação Social

8.8 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar a prestação dos serviços ou fornecimento de material/equipamento de primeira qualidade, de acordo com a quantidade e especificações apresentadas na proposta e que atendam as solicitações deste Termo de Referência e legislação vigente;

9.2 Comunicar à Superintendência de Comunicação Social todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material/equipamento e serviços prestados no que diz respeito às especificações, condições da cobertura ou outros assuntos relacionados ao objeto deste Termo;

9.3 Providenciar e sanar de forma imediata as deficiências ou irregularidades em desconformidade com o objeto deste Termo de Referência, apontadas pela contratante;

9.4 Arcar com eventuais prejuízos causados a terceiros decorrentes de ineficiências ou irregularidades cometidas na execução do objeto deste Termo de Referência;

9.5 Executar os serviços, verificações técnicas e reparos e/ou substituições por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pelo serviço prestado ou matérias/equipamentos fornecidos;

9.6 Dar plena garantia e qualidade dos serviços prestados e materiais/equipamentos fornecidos, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos referentes aos itens apresentados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência;

9.7 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega e outros;

9.8 Manter válidas todas as Certidões Negativas de Débito, durante toda a execução do objeto deste termo.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento devido será efetuado através de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia corrido, após o aceite/atesto da nota fiscal pelo representante do Instituto;

10.2 A Superintendência de Comunicação Social reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da nota de empenho;

10.3 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, e atesto da nota fiscal, no prazo máximo de 05 dias corridos salve conformidade da nota com as especificações e



valores, ficando a empresa ciente de que as certidões apresentadas no ato da apresentação da proposta deverão estar válidas até a data do pagamento;

10.4 O atesto pelo servidor responsável na própria nota fiscal, é condição indispensável para o pagamento, sendo que na ausência deste (férias, licença ou em viagem por interesse do Instituto), o atesto será realizado pelo seu substituto;

10.5 A Superintendência de Comunicação Social reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

11 – GESTÃO DO CONTRATO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Não se aplica para essa contratação. O fornecimento da Licença de software será realizado de imediato após a emissão da solicitação de serviço, através de nota de empenho por meio de pagamento único.

Mesmo não havendo a formalização de contrato, neste documento a empresa beneficiária será chamada CONTRATADA e estará sujeita às disposições neste expressas.

Fiscalização

A fiscalização será feita pela servidora Daisimar Nogueira Pereira Pinto, que fará os testes adequados de modo a atestar a devida e correta execução do serviço. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a contratada determinando o prazo para correção.

Sugerimos a indicação dos Gestores de Contrato, a Sra. Daisimar Nogueira Pereira Pinto lotada na Superintendência da Comunicação Setorial como responsável pela fiscalização do Contrato.

12. DA GARANTIA

12.1 As licenças terão garantia e assistência técnica pelo período de 12 meses.

12.2 A contratada se obriga fornecer licença válida e plenamente utilizável pelo inteiro período do contrato.

12.3 A contratada deverá fornecer garantia, suporte técnico padrão do fabricante e direito de atualização das licenças durante todo o prazo de vigência.

12.4 Todas as licenças deverão possuir certificado de originalidade.

12.5 As licenças deverão ser autossuficientes para cada aquisição/assinatura, isto é, devem permitir a habilitação de todos os recursos a que se referem sem que haja necessidade de novas aquisições.

12.6 Licenças irregulares ou com limitação de acesso aos recursos do software ou junto ao desenvolvedor do software deverão ser trocadas/regularizadas sem nenhum custo extra para o Contratante, cabendo à Contratada as substituições e/ou regularizações do produto no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de notificação pela Contratante.

13 - SANÇÕES

13.1 – A Contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida em edital de licitação e/ou contrato firmado por esta Administração fica sujeita às seguintes sanções administrativas, Advertência, Multa, impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de três anos, declaração de inidoneidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 23

para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos conforme definido no Artigo 155 da Lei Nº 14133/2021.

a) Advertência será aplicada, exclusivamente, nos casos que a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, por desídia administrativa ou qualquer outra falha administrativa quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme Inciso I do caput do artigo 156 c/c inciso I do caput do artigo 155.

b) Multa não inferior a 0.5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos do artigo 155 da Lei 14133/2021, der causa será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

1 – Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas pela Contratada.

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

2 – Multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas pela Contratada.

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3 – Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, ou inexecução total, por inadimplência da empresa contratada:

III - dar causa à inexecução total do contrato;

4 – Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, ou inexecução total, por inadimplência da empresa contratada:

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

c) A sanção de impedimento de licitar e contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 24

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “c”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



13.2 – Em qualquer das penalidades acima será respeitado o Direito ao contraditório e a ampla defesa.

14 – PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento se refere à possibilidade de dividir o objeto da licitação em itens menores e contratar diferentes empresas para cada item, em vez de contratar uma única empresa para toda a demanda.

A realização de uma única licitação, com o objeto parcelado. A inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação.

Porém, mesmo em casos de contratação direta, é importante demonstrar que o preço proposto pelo fornecedor é compatível com o mercado e que a escolha representa a melhor solução custo-benefício para a administração.

Tanto a Adobe Creative Cloud quanto o Google Drive são serviços geralmente oferecidos por meio de assinaturas (mensais ou anuais). O parcelamento que aqui se refere não cabe, pois, a contratação de apenas uma empresa acelera a operacionalidade e administração dos contratos geridos por esta assessoria.

Além disso, a contratação de um único fornecedor garante acesso a um suporte técnico especializado e com conhecimento aprofundado do software, resultando em resoluções mais rápidas e eficientes de eventuais problemas.

15 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Este estudo verificou que não há o que se falar de contratações correlatas e/ou interdependente.

16 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A futura contratada deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido é que a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Araruama tem seu foco na proteção do meio ambiente e ressalta que a contratação de empresa para a prestação de serviço de design gráfico, realizada pela Administração pública, deve primar pela contratação de empresas que adotem tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

Em resumo, a futura contratada, quando couber, adotará as práticas definidas no art. 2º do Decreto nº 43629, de 05 de junho de 2021, ou outras que o Poder Executivo venha a estabelecer.

Os impactos ambientais são qualquer modificação no meio ambiente para realização de alguma atividade e que podem ser auferidos através da contratação e prestação dos serviços de software de design gráficos, objeto do presente documento.

Para promover medidas danosas ao ambiente em razão das impressões gráficas, daremos preferência à contratação de empresas prestadoras desses serviços que estejam certificadas no âmbito das normas ambientais, podendo ser solicitado ao licitante vencedor, informações de sustentabilidade e refreamento do desperdício realizado pela empresa, a fim de darmos maior transparência e atenção ao aspecto da sustentabilidade.

O fornecimento do serviço deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, previsto no art. 144 da Lei 14.133/2021, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG).



O acompanhamento de indicadores de desempenho para fins de gestão ambiental ainda é um tema, relativamente, novo para muitas empresas do setor. Portanto, a empresa licitante deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, além de respeitar as legislações vigentes de seu estado/município.

17 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com as Licenças Adobe Creative Cloud é esperado que as equipes de design, marketing, comunicação ou outras áreas criativas utilizem as ferramentas líderes de mercado para edição de imagem, elevando a qualidade e o impacto visual dos materiais produzidos.

Otimizar o fluxo de trabalho criativo, integrando diferentes aplicativos Adobe para facilitar a colaboração e a troca de ativos entre as equipes. Aceleração da produção de conteúdo visual, permitindo a criação de materiais de marketing, apresentações, vídeos e outros ativos de forma mais eficiente e rápida.

Garantir que as equipes tenham acesso às versões mais recentes dos softwares, com atualizações de recursos, segurança e compatibilidade com novas tecnologias. Facilitar a criação de conteúdo consistente com a identidade visual da organização, utilizando as ferramentas de design profissional da Adobe.

Produzir materiais de comunicação e marketing com qualidade profissional, aumentando o engajamento do público-alvo e fortalecendo a imagem da organização. Criar vídeos e animações de alta qualidade para comunicação interna e externa, tornando a mensagem mais dinâmica e impactante.

Com a presente contratação garante-se a utilização de softwares originais e licenciados, evitando problemas legais e de segurança associados ao uso de softwares piratas. Além de ter acesso ao suporte técnico da própria Adobe e a recursos de aprendizado para otimizar o uso das ferramentas.

Já com o Armazenamento Google Drive de 5 TB, espera-se centralizar o armazenamento de arquivos de projetos criativos (imagens, vídeos, arquivos de design) em uma plataforma segura e acessível a todos os membros da equipe autorizados.

Facilitar o acesso aos arquivos de qualquer dispositivo (computador, tablet, smartphone), promovendo a flexibilidade e o trabalho remoto. Permitir a colaboração em tempo real em alguns tipos de arquivos (através do Google Workspace integrado), facilitando o feedback e a edição conjunta.

17.1 - Segurança e Backup:

Garantir a segurança dos arquivos importantes através da infraestrutura robusta do Google Drive, com backups automáticos e proteção contra perda de dados. Ainda assim, se perder as versões anteriores de arquivos, caso necessário.

O que se espera é ter capacidade de armazenamento suficiente para lidar com o grande volume de arquivos gerados por projetos criativos, especialmente arquivos de vídeo de alta resolução e projetos de design complexos, pelas equipes de criação.

Já na área administrativa o armazenamento é fundamental, vez que o setor opera no recebimento e envio de todos os Atos Oficiais da Prefeitura, o que se verifica anualmente a perda de arquivos mais antigos, já que o computador também não suporta as pastas de armazenamento anteriores.

O Google Drive facilitará a organização e o gerenciamento de um grande volume de arquivos através da estrutura de pastas e das ferramentas de busca do Google Drive.



18 – CONDIÇÕES GERAIS:

O Município de Araruama não arcará com nenhuma outra despesa fora do proposto por este para entrega do solicitado.

As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

Está afastada a hipótese nos dispositivos legais que determinam a exclusão do licitante do certame, pressupostos fáticos em que não é possível a convalidação ou adequação de atos administrativos.

Em caso de divergência entre o sistema de informações e disposições deste Edital, prevalecerão as informações constantes do Edital.

A indicação das propostas, a classificação das propostas mais vantajosas e demais informações relativas à sessão pública virtual constarão em ata divulgada no sistema eletrônico.

Para todas as referências de tempo contidas neste edital, será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes, devidamente comprovada, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada à sessão na data e horário.

Araruama, 20 de maio de 2025.

Daisimar Nogueira Pereira Pinto

Diretora de Comunicação

Matrícula: 009397-1



ANEXO III
MODELO PROPOSTA

Dispensa Eletrônica nº xxx/2025

Entidade: Secretaria Municipal de _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

2. OBJETO

O objeto é a _____, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Dispensa Eletrônica** e seus anexos, em conformidade com o Termo de Referência:

ITEM	MATERIAL	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LICENÇA CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2024 PARA WINDOWS	03 LICENÇAS DE 12 MESES		
02	LICENÇA PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03 LICENÇAS DE 12 MESES		
03	ARMAZENAMENTO GOOGLE DRIVE 5TB	02 LICENÇAS DE 12 MESES		
	VALOR TOTAL			

3. COMPROMISSOS

- a) Declaramos que estamos cientes e de pleno acordo com a descrição dos serviços constante no Termo de Referência da contratação.
- b) Declaramos que nos valores propostos estão incluídos todos os custos com transporte, frete, taxas, impostos ou quaisquer outros valores que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 29

c) Proposta com validade de 60 dias.

4. INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- Representante Legal:
- CPF:
- RG: _____ Órgão Emissor: _____
- Endereço Residencial Completo:

5. DADOS PARA PAGAMENTO

- Banco:
- Agência:
- Conta Corrente:

Araruama, _____ de _____ de 2025.

Responsável Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 30

ANEXO IV – VALOR ESTIMADO

ITEM	MATERIAL	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LICENÇA CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2024 PARA WINDOWS	03 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 1.628,08	R\$ 4.884,24
02	LICENÇA PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 4.912,28	R\$ 14.736,84
03	ARMAZENAMENTO GOOGLE DRIVE 5TB	02 LICENÇAS DE 12 MESES	R\$ 1.398,66	R\$ 2.797,32
	VALOR TOTAL ESTIMADO PELO DECOP		R\$ 22.418,40	